




A DIVERSIFICAÇÃO DA SOCIEDADE E A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PEDAGOGIA SOCIAL: O CASO PORTUGUÊS

DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220202063933p.54-63>

José Carlos Laranjo Marques¹ 
Ana Maria de Sousa Neves Vieira² 
Ricardo Manuel das Neves Vieira³ 

RESUMO

A integração das populações imigrantes e das minorias étnicas nas sociedades nacionais constitui um desafio importante e decisivo de diferentes países. As soluções apresentadas para acolher as várias e, por vezes, contraditórias, dimensões do processo de integração têm originado o desenvolvimento de diferentes 'modelos de integração' que não deixam de refletir os desenvolvimentos nas políticas e práticas de integração dos imigrantes registadas a nível internacional. Através da análise da realidade portuguesa será evidenciada a progressiva adoção de políticas de integração assentes nos princípios e nas práticas de mediação intercultural como pedagogia social. Discute-se o surgimento e o desenvolvimento da interculturalidade, faz-se a descrição da imigração em Portugal e, de seguida, a integração das comunidades imigrantes no país. Na parte final é analisada, particularmente, a mediação intercultural como pedagogia social para o acolhimento e autonomização na promoção de sociedades assentes no interconhecimento das suas diferentes partes constituintes.

Palavras-chave: Integração. Interculturalidade. Imigração. Mediação intercultural. Pedagogia social.

THE DIVERSIFICATION OF SOCIETY AND INTERCULTURAL MEDIATION AS SOCIAL PEDAGOGY: THE PORTUGUESE CASE

LA DIVERSIFICACIÓN DE LA SOCIEDAD Y LA MEDIACIÓN INTERCULTURAL COMO UNA PEDAGOGÍA SOCIAL: EL CASO PORTUGUÉS

ABSTRACT

Integrating immigrants and ethnic minorities in national societies is an important and decisive challenge for different countries. The solutions that had been adopted to accommodate the various dimensions of the integration process have led to the development of different 'integration models' which reflect the developments of international immigration policies and practices. Through the analysis of the Portuguese reality, we will evidence the progressive adoption of integration policies based on the principles and practices of intercultural mediation as social pedagogy. The article begins with a discussion of the emergence and development of intercultural, continues with the brief description of immigration in Portugal and, in a third part, with the study of integrating immigrant communities in the country. The article ends with an analysis of the action of intercultural mediation as social pedagogy for reception and autonomy in promoting societies based on the inter-knowledge of its different constituent parts.

Keywords: Integration. Interculturality. Immigration. Intercultural mediation. Social pedagogy.

RESUMEN

La integración de las poblaciones inmigrantes y las minorías étnicas en las sociedades nacionales es un desafío importante y decisivo para diferentes países. Las soluciones presentadas para dar cabida a las diversas, y a veces contradictorias, dimensiones del proceso de integración han llevado al desarrollo de diferentes "modelos de integración" que reflejan los desarrollos en las políticas y prácticas para la integración de los inmigrantes registrados a nivel internacional. A través del análisis de la realidad portuguesa, se evidenciará la adopción progresiva de políticas de integración basadas en los principios y prácticas de la mediación intercultural como pedagogía social. Se discute el surgimiento y desarrollo de la interculturalidad, se describe la inmigración en Portugal y, posteriormente, la integración de las comunidades inmigrantes en el país. En la parte final, la mediación intercultural como pedagogía social se analiza particularmente para la recepción y autonomía en la promoción de sociedades basadas en el interconocimiento de sus diferentes partes constituyentes.

Palabras-clave: Integración. Interculturalidad. Inmigración. Mediación intercultural. Pedagogía social.

INTRODUÇÃO

Um dos pontos centrais do debate da integração dos imigrantes implica o "reconhecimento das diferenças culturais e até que ponto estas se manifestam" (CESAREO, 2011: 9, tradução nossa) numa sociedade. A assimilação, o modelo multicultural e o modelo intercultural e suas derivações, têm sido os modelos utilizados por diferentes Estados para lidar com a presença de diversos grupos. Diferentes países têm adotado um ou mais destes modelos, conduzindo a diferentes formas de integração de imigrantes. Atualmente, o desenvolvimento de políticas de integração de imigrantes é marcado pela crítica das políticas multiculturais e pelo surgimento de políticas interculturais centradas no contacto, no diálogo, e nas relações interpessoais entre pessoas de diferentes origens (ZAPATA-BARRERO, 2017).

Como afirmado por Ricard Zapata-Barrero (2017), a Europa está a atravessar uma "mudança intercultural", visível, desde a celebração do "Ano do Diálogo Intercultural" em 2008, nas discussões académicas e nas políticas locais. Embora este interesse numa visão interculturalista para lidar com populações cada vez mais diversificadas já tenha, atualmente, mais de uma década, um entendimento comum e compartilhado do seu significado parece estar a falhar (MANSOURI, 2017). O modelo foi visto como uma alternativa para superar as promessas falhadas do multiculturalismo (JOPPKE, 2004), como complementando o multiculturalismo (CANTLE, 2012), ou como uma variação do multiculturalismo (MEER; MODOOD, 2012).

Independentemente dos argumentos a favor e contra estes pontos de vista, o interculturalismo e o multiculturalismo buscam "formas equitativas de governar a diversidade, em sociedades globalizadas, transnacionais, 'superdiversificadas', mas com objetivos diferentes, embora complementares" (GRILLO, 2018, p. 10, tradução nossa). Ambos estão, portanto, preocupados com a gestão da integração de diversos grupos de pessoas em sociedades que já são, e são-no cada vez mais, heterogêneas. Enquanto no multiculturalismo, o foco principal tem sido a nível macronacional, o interculturalismo coloca a ênfase a um nível micro, nos espaços onde as práticas cotidianas ocorrem (nas ruas, nas escolas, etc.) (MODOOD, 2017).

A interculturalidade é considerada uma política assente na pedagogia social (CARIDE, 2016; PERES, 1999, 2016) para promover a comunicação e a interação entre grupos culturalmente diversos. Desde meados de 1980, a perspectiva intercultural tem registado uma consolidação constante e crescente em diversas esferas sociais, e, particularmente, no campo da educação. Na educação, a adoção da perspectiva intercultural conduziu à afirmação da 'educação intercultural' e da 'pedagogia intercultural', uma pedagogia social como uma "resposta adequada ao novo contexto da globalização e à convergência crescente de diferentes línguas, religiões, comportamentos culturais e modos de pensar" (PORTERA, 2008, p. 483, tradução nossa).

O desenvolvimento de um novo modelo que preste atenção aos aspetos da identidade, frequentemente negligenciados pelo multiculturalismo, emergiu lentamente nos campos educativos com o modelo de educação intercultural (ou pedagogia intercultural) que reconheceu as identidades plurais e compósitas. De forma progressiva, a interculturalidade transcendeu os espaços da escola e alastrou para outros espaços sociais. Consequentemente, o uso instrumental do conceito, visando fomentar competências práticas que promovam uma melhor comunicação entre indivíduos de diferentes culturas (MALHEIROS, 2011), tem sido, pelo menos desde o novo milénio, alargado para além de sua dimensão educativa e evoluído para dimensões sociais e políticas mais gerais.

Pensando na interculturalidade, no caso dos imigrantes, precisamos de entender que cada pessoa vive entre diferentes culturas. Cada pessoa procura construir um novo eu que se situa entre a cultura de origem e a cultura de chegada, separando esses dois mundos, juntando-os ou construindo uma terceira dimensão de identidade, procurando o caminho mais seguro do ponto de vista ontológico (CAMILLERI, 1993; VIEIRA e TRINDADE, 2008). Estamos, portanto, a falar da complexa questão das estratégias que os sujeitos adotam para gerir os múltiplos contextos culturais, do modo que consideram menos invasivos na construção permanente da sua identidade pessoal e social, para evitar a crise de identidade a que estão particularmente sujeitos na situação migratória. A gestão da identidade depara-se com um terreno dilemático e conflituoso, de negociação incessante entre as condições objetivas e subjetivas.

Aqueles que por meio da migração estão sujeitos a múltiplas referências culturais e situações complexas têm a tendência para o hibridismo identitário de acordo com Hall (2003), ou para a mestiçagem (LAPLANTINE; NOUS, 1997; VIEIRA, 2014; ANDRÉ, 2012).

A IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Durante grande parte da sua história, Portugal foi, sobretudo, um país de emigração. A partir de meados da década de 1980, contudo, o país, para além desta componente de saída, passou a receber um quantitativo importante de imigrantes. A visibilidade, relativamente recente, da imigração no país não significa, porém, que esta era um fenómeno desconhecido da sociedade portuguesa até o final do século XX. De facto, desde o século XVI o país recebeu populações de África, e de outros países Europeus, quer como migrantes livres (comerciantes e trabalhadores) ou como migrantes forçados (escravos e refugiados). Mas, foi somente durante a década de 1980 que o país passou a observar o desenvolvimento e consolidação de fluxos imigratórios estáveis e a formação de comunidades de imigrantes com alguma dimensão quantitativa e de variada composição sociodemográfica.

A população estrangeira que vive em Portugal aumentou significativamente durante os anos 80 (em média 6,4% por ano) e registou, ao longo do período, uma mudança nas origens dos imigrantes, visível no crescimento substancial dos Asiáticos (principalmente Chineses) e Sul-Americanos (principalmente do Brasil). Em 1980, dos 58.000 estrangeiros que viviam legalmente em Portugal, 48% eram de origem Africana, 31% eram da Europa e 11% da América do Sul (principalmente o Brasil). A adesão do país à Comunidade Económica Europeia, em janeiro de 1986, acelerou a internacionalização da economia portuguesa e atraiu mais migração laboral dos tradicionais países de origem. Em 1990, o número total de estrangeiros que viviam legalmente em Portugal era de 107.767 indivíduos: 42% deles eram de origem Africana, 29% eram da Europa e 16% da América do Sul (principalmente Brasil) (BAGANHA; MARQUES; GÓIS, 2003).

Durante os anos 90, o desenvolvimento positivo da população estrangeira foi ainda mais intensificado, atingindo uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 7%¹. Esta evolução foi especialmente observada na população estrangeira dos continentes Africano e Europeu. Estes dois continentes representaram, em 1998, 75,7% do total da população estrangeira (29,3% eram de origem Europeia e 46,4% de origem Africana). No ano 2000, o número de estrangeiros residentes legalmente era ainda reduzido, cifrando-se em 207.607, o que representava, aproximadamente, 2% da população total do país (BAGANHA, MARQUES; FONSECA, 2000). Os imigrantes provinham, principalmente, das antigas colónias portuguesas em África² e do Brasil (77%, em 2000). Os imigrantes remanescentes encontravam-se distribuídos por mais de 100 nacionalidades diferentes, nenhuma das quais com um quantitativo numérico significativo³.

O novo milénio é, a nível imigratório, marcado por um aumento repentino e intenso e por uma mudança no contexto migratório português. Numericamente, o número de imigrantes que vivem legalmente em Portugal subiu de 208.198, em 2000, para 434.636, em 2003, o que representa um aumento, em apenas 3 anos, de 109% no volume de população estrangeira com residência legal. Qualitativamente, para além do fluxo migratório tradicional dos países da Europa Ocidental e/ou de língua portuguesa, Portugal começou, também, a receber um intenso fluxo de imigrantes de outras origens, inclusive de países com os quais o país não tinha, até aquele momento, relações privilegiadas. Com estas novas e numericamente significativas entradas, produziu-se uma transformação das origens geográficas dos imigrantes que chegam ao território português e uma mudança no ranking das principais origens nacionais dos imigrantes que vivem em Portugal.

Em 2003, o principal grupo de imigrantes deixou de ser de um país de língua portuguesa em África e passou a ser originário de um país que, até essa data, se tinha mantido à margem dos principais fluxos de entrada: a Ucrânia. A Moldávia e a Roménia, dois outros países da Europa Oriental, tornaram-se, também, relevantes países de origem dos migrantes que passaram a residir em Portugal (BAGANHA; MARQUES; GÓIS, 2010). Quase quinze anos depois, os migrantes da Ucrânia continuam, juntamente com os imigrantes do Brasil e Cabo-Verde, a ser os grupos de imigrantes numericamente mais importantes de Portugal. Em 2018, os brasileiros representavam 21,9% do total de imigrantes, os cabo-verdianos de 7,2% e os ucranianos 6,1%.

Os dados existentes sobre as características demográficas dos imigrantes estão desatualizados por causa das

¹ O crescimento registado durante esta década resultou mais de dois processos especiais de regularização que tiveram lugar em 1992 e 1996, do que de um fluxo contínuo de novos imigrantes. Estes dois processos de legalização regularizaram a situação de, aproximadamente, 39.000 (1992) e 35.000 (1996) imigrantes que até então estavam a viver (e a trabalhar) sem as autorizações de autorização necessárias (MARQUES; GÓIS, 2005).

² Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

³ SEF, Estatística 2000 (2000). SEF, Lisboa, disponível em: https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2000.pdf.

profundas mudanças na população de imigração depois do último recenseamento populacional (2011). Os dados atuais disponíveis permitem-nos apenas saber que a população imigrante é equilibrada por género (com uma ligeira predominância de mulheres que representam 50,5% da população imigrante legalmente residente no país).

Quanto aos principais motivos de entrada no país, é possível notar que, até 2005, estes se ficam a dever, principalmente, a razões laborais, constituindo uma resposta às necessidades do mercado de trabalho, maioritariamente no setor da construção, do comércio retalhista, e no setor da hotelaria e da restauração. Após esta data, e especialmente após a crise económica de 2008, a estes fluxos laborais é necessário acrescentar um crescente fluxo de estudantes (MARQUES; GÓIS, 2012) e de reunificação familiar de imigrantes (MARQUES, GÓIS; CASTRO, 2014).

A INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES E AS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO

A presença de diferentes grupos de imigrantes tornou a sociedade portuguesa numa sociedade cada vez mais diversificada e levou à necessidade de lidar social e politicamente com a integração de grupos heterogéneos. Uma vez que a imigração que se verificou após o ano 2000 se dispersou por, praticamente, todo o país, tornou-se necessário pensar em medidas dirigidas não só às principais cidades de concentração de imigrantes, mas, também, às regiões em que, de forma cada vez mais visível, se estavam a fixar importantes comunidades de imigrantes consideráveis.

Tal como outros fluxos migratórios, a imigração em Portugal é uma realidade complexa e diversificada, marcada por diferentes estruturas sociodemográficas e por variados processos migratórios.

A análise das políticas e práticas existentes sugere um esforço, embora por vezes incompleto e desconectado, do Estado Português em relação à integração dos imigrantes (COSTA, 2016). Este esforço é reconhecido pelo índice MIPEX (Índice de Política de Integração dos Migrantes), no qual Portugal ocupa uma das primeiras posições, e através do reconhecimento internacional das suas políticas para com os imigrantes. É necessário ter em consideração que este índice se baseia nas políticas do país e nas condições estruturais para a integração e não na análise das práticas de integração, nem na efetiva integração dos migrantes ao nível individual ou grupal. Como referido pelos autores deste índice de integração em 2007:

Um país relativamente novo de imigração, Portugal colocou em prática um quadro jurídico de integração composto por políticas favoráveis e boas práticas. Portugal não tem muito para melhorar nas políticas de acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, combate à discriminação, alcançando em todos estes indicadores o segundo lugar entre os 28 países MIPEX (NIESSEN et al., 2007, p. 146, tradução nossa).

De facto, se analisarmos o enquadramento jurídico relativo à integração dos imigrantes, Portugal parece ser um país de grande sucesso e um país que manteve medidas positivas para a integração dos imigrantes nos últimos anos. O relatório MIPEX de 2015 reconhece a este respeito que:

Imigrantes residentes em PT ainda beneficiam da segunda política mais favorável de integração no mundo desenvolvido, à frente da maioria dos países nórdicos e dos países tradicionais de imigração e liderando os novos destinos (muito à frente de ES e IT). As políticas de imigração "amigáveis para a família" e o modelo de reforma da cidadania de 2006 ajudaram claramente mais imigrantes a reunirem-se com a sua família e a tornarem-se cidadãos portugueses, mesmo durante a crise (HUDDLESTON et al., 2015, p. 178, tradução nossa).

Como mencionado por vários autores, se as políticas de imigração são decididas ao nível macro (a nível nacional), os desafios da integração são ganhos ou perdidos ao nível local. É aqui que se manifestam continuamente os défices sociais específicos que põem em causa a coesão social das comunidades (MALHEIROS, 2011) e os encontros quotidianos com a diversidade. A importância de se considerar espaços de interação diária com a diferença (vizinhança, escolas, etc.) é reconhecida pelo relatório MIPEX 2015. Uma das suas recomendações é, precisamente,

[...] investir nas competências interculturais dos prestadores de serviços públicos, em particular dos educadores, para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços [e para] promover o diálogo e a participação das famílias na educação com o objetivo de reforçar o

ensino da diversidade cultural nas escolas, melhorar o apoio parental e aumentar a inclusão social das famílias. (HUDDLESTON et al., 2015, p. 178, tradução nossa).

Assim, embora o país surja bem classificado nos principais indicadores de integração estrutural (principalmente os ligados às respostas institucionais), a integração dos imigrantes poderá beneficiar de medidas mais individuais ou ao nível de grupo e de medidas que promovam a expansão de práticas interculturais.

O PAPEL DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Uma estratégia de aprofundar as práticas interculturais é através da mediação em contextos multiculturais, isto é, através do desenvolvimento da mediação intercultural⁴, a qual poder ser caracterizada como

[...] uma modalidade de intervenção de terceiros, em situações de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do outro e a aproximação das partes, comunicação mútua e compreensão, aprendizagem e desenvolvimento de coexistência, regulação de conflitos e adequação institucional, entre atores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados (ROMERO, 2010, p. 67).

Através da mediação intercultural, a perspectiva da interculturalidade desenvolve-se num campo de ação muito mais amplo, complementando o aspeto relacional (comunicação e interação) com uma configuração transformadora associada à Educação Social. É esta transformação, que surge a partir da compreensão mútua das partes envolvidas (VIEIRA, 2013; VIEIRA, 2011; VIEIRA, A. e VIEIRA, R., 2016b), que a mediação procura realizar, conduzindo, assim, ao conhecimento do Outro a um nível mais profundo. A mediação intercultural é considerada como uma pedagogia social para a interculturalidade que contribui para a criação de um diálogo entre pessoas com diferentes repertórios culturais.

A progressiva diversidade das populações imigrantes em Portugal trouxe consigo novos desafios para a sociedade portuguesa: na educação, cultura, compreensão de valores, práticas e normas sociais dos imigrantes. Essa compreensão constitui um princípio básico de abertura ao outro (MALHEIROS, 2011) que leva a um diálogo com o outro. O diálogo é, neste caso, entendido como uma interação que estimula o debate e a discussão, a escuta e a fala e, às vezes, até o desacordo e o conflito. Neste processo dialógico, a mediação intercultural contraria os processos de integração monolíticos e contribui para o desenvolvimento de uma inclusão intercultural do outro.

Esta forma de mediação requer uma grande capacidade de escuta ativa, compreensão e respeito pelo outro (VIEIRA et al., 2017) e excede o seu uso como um instrumento, uma técnica ou um procedimento cíclico para enfrentar um problema específico. A mediação é sempre contextual, ganhando características especiais com processos, conflitos ou situações de caráter pessoal, familiar, de vizinhança, nacional ou internacional (CARIDE, 2016). Nesse sentido, a mediação intercultural é uma nova estratégia ou modalidade de intervenção social visando a inclusão intercultural do outro. Tal como outras formas de mediação, a mediação intercultural é:

[...] a) criativa no sentido de que um dos seus propósitos é criar novas relações entre pessoas ou grupos, a partir das quais ambas as partes 'beneficiam' (...) b) renovadora, na medida em que permite melhorar as relações existentes entre as partes mediadas, as relações que se tinham deteriorado ou desprendidas antes do conflito (...) c) preventiva no sentido de que prevê e previne os conflitos que possam ocorrer entre pessoas ou grupos (...) d) terapêutica cada vez que um mediador entra em jogo quando o conflito já existe e tem de auxiliar e ajudar as pessoas e os grupos a encontrarem soluções e a escolherem caminhos para sair do conflito. (SIX, 1990, apud. SANI, 2015, p. 2583, tradução nossa).

A metodologia da Mediação Intercultural é multifatorial, identificando, definindo e caracterizando três ordens de fatores implicados e mutuamente inter-relacionados nas situações de mediação: pessoal, situacional e cultural. As relações complexas e sensíveis (entre personalidade, estatuto e cultura) são as que o mediador deve descobrir, com as quais deve estar familiarizado, e cada nova ação de mediação deve ser uma fonte de aprendizagem desse assunto em particular (ROMERO, 2010).

⁴Outras formas de concretizar a perspectiva intercultural é, segundo Romero, a) na formulação e implementação de políticas públicas; b) o desafio da diversidade sociocultural na escola; c) a promoção da coexistência e coesão social nos bairros multiétnicos e, finalmente, d) através da educação para a cidadania (2010, p. 51).

Tal como noutros países Europeus, a mediação intercultural em Portugal é concebida como uma ferramenta estratégica para o processo de integração que facilita, primeiro, a “comunicação e a coesão social entre diferentes grupos”; em segundo lugar “o êxito dos serviços públicos e dos direitos de cidadania das minorias e dos imigrantes”; e, por último, “a gestão (identificação, prevenção e resolução) de conflitos que surgem em contextos multiculturais” (CASADEI; FRANCESCHETTI, 2009, p. 99).

Em Portugal, a mediação surgiu na década de 1990, impulsionada por programas comunitários dirigidos à integração socioprofissional de grupos sociais desfavorecidos. Existem projetos de entidades como a “Associação Cultural Moinho da Juventude”, a “Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos” e a “Santa Casa da Misericórdia de Lisboa” que introduzem o conceito e a prática da mediação sociocultural em Portugal (ALMEIDA, 2010). Aos mediadores socioculturais são proporcionados cursos de formação profissional promovidos por essas entidades, visando os jovens em risco de exclusão, a fim de proporcionar-lhes competências educativas e profissionais, possibilitando a sua integração⁵.

Quanto ao trabalho de mediação sociocultural com a população cigana em Portugal, destaca-se a formação pioneira do programa de Promoção Social dos Ciganos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre 1993-95 que, depois, teve continuidade através da Pastoral dos Ciganos e do programa formação de mediadores culturais para apoiar a escolarização dos filhos da comunidade cigana – Projeto Ir à Escola – da responsabilidade do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação (curso de formação implementado entre 1994-97) (SOUTA, 1999).

Em 2001, o estatuto jurídico do mediador sociocultural foi estabelecido por meio da Lei n.º 105/2001 (de 13 de agosto). De acordo com esta Lei, o mediador sociocultural “tem a função de colaborar na integração dos imigrantes e das minorias étnicas, na perspetiva do fortalecimento do diálogo intercultural e da coesão social” (artigo 1 da Lei n.º 105/2001). Esta Lei definiu, também, o serviço público em que o mediador sociocultural deve desenvolver as suas funções: nas escolas, nas instituições da segurança social, nas instituições de saúde, no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no Instituto de Reintegração Social, nas autoridades locais e outros serviços e organismos públicos onde as suas experiências são necessárias (artigo 2.º). Mais recentemente, a mediação intercultural foi inscrita nas políticas públicas de integração de imigrantes por meio do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP).

Este projeto assenta em três princípios: o princípio da mediação, o princípio da interculturalidade e o princípio da intervenção comunitária. É um projeto desenvolvido pelos Conselhos Municipais em parceria com entidades da Sociedade Civil, nomeadamente, associações de imigrantes. O principal objetivo do Projeto de Mediação Intercultural em Serviços Públicos (MISP) é contribuir para a coesão social, melhorando a qualidade de vida e a convivialidade do cidadão intercultural nos municípios com uma significativa diversidade cultural. Isto é conseguido através de uma gestão positiva e preventiva dessa mesma diversidade, ao longo da intervenção mediadora e da participação dos protagonistas locais. O projeto prevê a constituição de Equipas Municipais de Mediação Intercultural (EMMI), com base nos municípios que promovem a intervenção. Essas equipas intervêm em diferentes áreas: educação, habitação, fortalecimento comunitário.

Quando nos referimos à mediação como uma área e um conjunto de competências transversais a várias profissões, e como filosofia hermenêutica, assumimos a comunicação interpessoal e intercultural (VIEIRA, R. e VIEIRA, A., 2016) como uma interpretação sistemática dos interesses das partes em interação e com a vontade dos envolvidos. Na mediação entre os diferentes valores culturais, os antropólogos, sociólogos, assistentes sociais e educadores sociais emergem como mediadores entre os grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, contando com uma hermenêutica multitópica (VIEIRA, 2013) para a concretização dos direitos e interesses dos grupos e dos sujeitos envolvidos na interação. O objetivo do processo de mediação é alcançar a autonomia desses grupos e pessoas, uma prática hoje conhecida como empoderamento.

Embora os alegados precursores das ‘teorias de mediação’ não sejam conhecidos, há perspetivas e conceitos mediadores, presentes em muitas teorias das ciências sociais. Assim, a antropologia, a psicologia e a sociologia, acabam por ter uma posição sobre a relação estabelecida entre o sujeito e a estrutura social ou a chamada agência do sujeito. Trabalhando com as diversidades, ou seja, com outras identidades, e procurando formas de ajudar a emancipação, a mediação tem sido desenvolvida em diversas áreas, desde as Ciências Jurídicas, até à

⁵ Sobre a educação multicultural e sobre o papel do mediador nas escolas, ver, entre outros, Souta (1997).

Gestão, Psicologia, Antropologia, Sociologia e, em temas transversais, no campo da educação.

Relativamente à análise do papel da escola na sociedade, as ciências educacionais têm demonstrado como a sociedade determina ou condiciona a escola. Nesse contexto, há a necessidade de um mediador no sistema educacional e de formação, uma vez que a dinâmica social se relaciona com a intermediação da reprodução e transformação dos processos de relações sociais de que a vida escolar é feita. Se a educação deve ser um instrumento para promover a igualdade de oportunidades e um instrumento para favorecer a justiça social, a escola deve tornar-se num espaço fundamental para legitimar e fortalecer valores duma Educação Social que (re)estruturará o Estado que hoje é cada vez mais multicultural. Nesse sentido, a escola tem que procurar formas de tradução intercultural (VIEIRA, 2009), uma vez que não só reconstrói os sistemas cognitivos, mas também atua ao nível dos processos de identidade pessoal e grupal.

Assim, a monitorização do aluno é assumida como um alicerce de intervenção dirigida a grupos sociais desfavorecidos e traduzido na forma de mediação entre o aluno, a ação educativa e o exterior (com a família, a comunidade, os serviços sociais, saúde, etc.) numa abordagem integrada e centrada no aluno. Esta monitorização é realizada de forma significativa na mediação sociocultural. Nesse sentido, a escola desempenha um papel fundamental como instituição mediadora, para promover não só o sucesso académico desses alunos, mas também a inclusão social.

De acordo com Torremorell (2008), o papel transformador e humanizante da mediação deve partir dos simples procedimentos do processo judicial, ou de uma alternativa a ele, para ocupar um lugar central de uma nova cultura universal, isto é, de uma Educação Social para a convivência entre diferentes (JARES, 2007). A mediação pressupõe um avanço na coesão social desejada. Inclui os diferentes participantes no conflito, promove a capacidade de compreender, aceitar as diferentes versões da realidade, defende a pluralidade e contribui para a participação democrática, uma vez que promove a tomada de decisões e compromissos livres. Mas este processo não é automático. Como afirma Torremorell (2008, p. 8), "(...) não assumimos que os processos de mediação por si só construirão uma ponte social para um futuro mais humanizado, mas que tais processos possam definir uma das pedras que nos ajudarão a atravessar o rio nos dois sentidos".

Para Cohen-Emerique (1997) a particularidade da mediação intercultural engloba a idiossincrasia do uso de três modalidades possíveis: 1 - mediação preventiva que procura promover a aproximação, comunicação e compreensão entre pessoas, grupos e comunidades com diferentes códigos culturais; 2 - mediação da reabilitação que intervém na regulação e resolução de tensões e conflitos interculturais; 3 - mediação transformadora que pressupõe a abertura de um processo criativo que supera normas, costumes e pontos de vista particulares, numa situação de convivência multicultural para alcançar novas normas e formas de relação compartilhada, o que designamos anteriormente como aprender a coexistir, segundo Jares (2007).

As funções do mediador intercultural vão muito além do conceito de arbitragem em contextos de forte multiculturalismo e das suas resoluções de conflito. Os mediadores interculturais, do nosso ponto de vista, não podem evitar participar. Eles não podem ser neutros em locais/situações em que a injustiça, a violência e a desigualdade são reproduzidas. Pelo contrário, eles têm que ser empáticos com todos, entrar no mundo cultural de todos e, ao fazê-lo, estão exatamente no simétrico oposto de assumir uma posição de neutralidade. Em vez disso, eles escolhem a multiparcialidade porque facilita a comunicação entre as pessoas, ajuda os agentes sociais na sua relação com a minoria, ajuda as pessoas e comunidades minoritárias, promove o acesso a serviços públicos e privados, constrói uma cidadania multicultural capaz de fazer integrações interculturais e a integração social e capacita e promove a participação social e comunitária.

No entanto, todas essas funções implicam uma atitude de pedagogia social (VIEIRA, A. e VIEIRA, R., 2016) e uma posição na busca pela autonomização. E, claramente, essas funções não ocorrem apenas em contextos de imigração ou no trabalho com minorias étnicas. Essas funções sociais do mediador intercultural podem ser desenvolvidas em qualquer âmbito de intervenção social, seja educacional, social, sociofamiliar, comunitário, legal, laboral, ambiental, de saúde etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, um número crescente de Estados-nação está a enfrentar fluxos intensos de diferentes tipos de movimentos migratórios (permanentes, circulares, temporários, laborais, familiares, forçados, etc.). Isto conduziu a um aumento na diversidade de grupos populacionais presentes na sociedade nacional. Deste modo, a diversidade que está naturalmente presente em cada sociedade (resultante da diferença por idade, género,

classe ...), é complementada com outras formas de diversidade (étnicas, nacionais, etc.). Acresce que para além desta maior diversidade, os tradicionais marcadores de identidade estão a tornar-se cada vez menos exclusivos. As pessoas podem hoje em dia (e em vários contextos nacionais e locais) basear-se em ‘identidades’ diferentes, desenvolver a sua identidade particular e “criar identidades híbridas ou múltiplas que são dinâmicas e mudam ao longo do tempo e em diferentes contextos” (CANTLE, 2012, p. 52).

Confrontados com uma população diversificada, e com grupos superdiversos (em algumas cidades ou regiões), os Estados têm enfrentado dificuldades para integrar essa diversidade nas sociedades e na vida quotidiana. Dois modelos principais têm dominado a gestão da diversidade: o modelo assimilacionista e o modelo multicultural. Ambos foram colocados em prática em vários Estados nacionais e resultaram em consequências singulares para as sociedades em geral e para os grupos de imigrantes (e seus descendentes). Nos últimos anos, estes dois modelos foram desafiados por um ‘novo’ modelo: o modelo intercultural que enfatiza os contactos quotidianos entre os indivíduos. Este modelo distancia-se de políticas macro deterministas e de políticas que visam, principalmente, grupos minoritários (‘o outro’), e adota políticas e práticas de nível micro que visam melhorar o contacto entre diferentes culturas e que nos veem (‘a maioria’) como parte integrante da diversidade das sociedades contemporâneas.

Na aplicação da prática intercultural, o mediador intercultural assume um papel importante, aumentando as possibilidades de contacto entre as culturas, de prevenção de conflitos e, caso ocorra um conflito, de resolução de conflitos. A mediação intercultural é um processo multifatorial que leva em consideração vários níveis de fatores: individual, situacional e cultural. É concebida como uma pedagogia social para promover a interculturalidade. A mediação é, portanto, uma forma de intervenção social que pode (e deve) ser praticada em diferentes campos (educação, assistência social, saúde, etc.). Uma vez que para a maioria (ou todas) sociedades não é fácil de acolher e apreciar a diferença, a prática da mediação precisa de uma ação constante. Como observado por Tabboni (1990, apud CESAREO, 2011, p. 9), “na sociedade contemporânea, ninguém é completamente um estrangeiro, como ninguém é totalmente integrado. A experiência da estranheza não é somente infinita, mas também nunca completa, uma vez que se refere apenas a uma parte do indivíduo”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. *O Mediador sociocultural em contexto escolar – contributos para a compreensão da sua função social*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2010.

ANDRÉ, J. *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage, 2012.

BAGANHA, M.; MARQUES, J.C.; GÓIS, P. (Eds.). *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: a emergência de uma ou mais comunidades?* Lisboa: ACID/OI, 2010.

BAGANHA, M.I.; MARQUES, J.C.; FONSECA, G. Is an Ethclass emerging in europe? the portuguese case. Lisboa, Luso-American Foundation, 2000.

BAGANHA, M.I.; MARQUES, J.C.; GÓIS, P. The unforeseen wave: migration from eastern europe to Portugal. In: BAGANHA, M.I.; FONSECA, M.L. (Eds.). *New waves: migration from eastern to southern Europe*. Lisboa: Luso American Foundation, 2003, p. 23-40.

CAMILLERI, C. Les conditions structurelles de l’interculturel. *Revue Française de Pédagogie*, v.103, 1993, p. 43-50. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/rfp_0556-7807_1993_num_103_1_1296.pdf. Acesso em: 20 mai.2020.

CAMILLERI, C. et al. In: *Stratégies identitaires*. Paris: PUF, 1990.

CANTLE, T. *Interculturalism: the new era of cohesion and diversity*. Basing-Stoke – New York: Palgrave Macmillan, 2012.

CARIDE, J.A. La mediación como pedagogia social: viejas realidades, nuevos retos para la intervención social. In: VIEIRA, R. et al. (Eds.). *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social*. Porto: Afrontamento, 2016, p. 13-26.

CASADEI, S.; FRANCESCHETTI, M. *Il Mediatore culturale in sei Paesi europei (Italia, Francia, Germania, Grecia, Regno Unito, Spagna): Ambiti di intervento, percorsi di accesso e competenze*. Roma: Strumenti ISFOL, 2009.

CESAREO, V. What kind of integration? In: CESAREO, V.; BLANGIARDO, G.C. (Eds.). *Integration Indexes: an empirical research on migration in Italy*. Milano: ISMU, 2011, p. 5-22.

COHEN-EMERIQUE, M. La negociación intercultural, fase esencial para la integración de los inmigrantes. In: *Hombres y migraciones: todo tipo de mediaciones, Cuaderno de formación*. Sevilla: Edit Acoge, 1997.

COSTA, P. M. A política portuguesa de integração dos imigrantes: uma análise dos dois primeiros planos de integração. In: BÄCKSTRÖM, B. et al. (Eds.). *Políticas de igualdade e inclusão: reflexões e contributos - I*. Lisboa: CEMRI/Universidade Aberta, 2016, p. 32-59.

GRILLO, R. *Interculturalism and the politics of dialogue*. B and RG Books of Lewes, 2018.

HALL, S. *Da diáspora – Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HUDDLESTON, T. et al. *Migrant Integration policy index 2015*. Barcelona/Brussels: CIDOB and MPG.

JARES, X.R. *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições, 2007.

JOPPKE, C. The retreat of multiculturalism in the liberal state: theory and policy. In *British Journal of Sociology*, v. 55, n. 2, p. 237-257, 2004.

LAPLANTINE, F.; NOUSS, A. *A Mestiçagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

MALHEIROS, J. *Promoção da interculturalidade e da integração de proximidade: manual para técnicas/os*. Lisboa: ACIDI, 2011.

MANSOURI, F. Introduction: the conceptual conundrum around intercultural dialogue. In: MANSOURI, F. (Ed.). *Interculturalism at the crossroads, comparative perspectives on concepts, policies and practices*. Paris: UNESCO Publishing, 2017, p. 13-22.

MARQUES, J.C.; GÓIS, P. Legalization processes of immigrants in Portugal during the 1990s and at the beginning of the new millennium. In: HECKMANN, F.; WUNDERLICH, T. (Eds.). *Amnesty for illegal migrants?*. Bamberg: Europäisches Forum für Migrationsstudien, 2005, p. 55-67.

MARQUES, J.C.; GÓIS, P. *Practical measures for reducing irregular migration in Portugal. Relatório produzido para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (EMN)*. Lisboa: SEF, 2012.

MARQUES, J.C.; GÓIS, P.; CASTRO, J.M. *Impacto das políticas de reagrupamento familiar em Portugal*. Lisboa: OI/ACIDI, 2014.

MEER, N.; MODOOD, T. How does interculturalism contrast with multiculturalism? *Journal of Intercultural Studies*, v. 33, n. 2, p. 175-196, 2012.

MODOOD, T. Intercultural Public intellectual engagement. In: MANSOURI, F. (Ed.). *Interculturalism at the crossroads, comparative perspectives on concepts, policies and practices*. Paris: UNESCO Publishing, 2017, p. 83-102.

NIESSEN, J. et al. *Migrant integration policy index 2007*. Brussels: British Council and Migration Policy Group, 2007.

PERES, A. *Educação intercultural: utopia ou realidade*. Porto: Profedições, 1999.

PERES, A. Educação intercultural e mediação sociopedagógica in R. Vieira et al., *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 57-72, 2016.

PORTERA, A. Intercultural education in Europe: epistemological and semantic aspects. *Intercultural Education*, v. 19, n. 6, p. 481-491, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14675980802568277>. Acesso em: 20 mai.2020.

ROMERO, C.G. *Interculturalidade e mediação*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo

Intercultural, 2010.

SANI, S. The role of intercultural mediation in the integration of foreign students. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, v.191, p. 2582-2584, 2015.

SARUP, M. *Identity, Culture and the postmodern world*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

SIX, J.-F. *Le temps des médiateurs*. Paris: Editions du Seuil, 1990.

SOUTA, L. *Multiculturalidade & educação*. Porto: Profedições, 1997.

SOUTA, L. Educação multicultural – do imperativo social à asuência de políticas. *A Página da Educação*, n. 77, Ano 8, Fevereiro, p. 26-7, 1999. Disponível em: <https://www.apagina.pt/?aba=7&cat=77&doc=7608&mid=2>. Acesso em: 20 mai.2020.

TORREMORELL, M.C.B. *Cultura de mediação e mudança social*. Porto Editora, 2008.

VIEIRA, A.M. *Educação social, mediação sociocultural*. Porto: Profedições, 2013.

VIEIRA, A.M.; VIEIRA, R. *Pedagogia social, mediação intercultural e (trans)formações*. Porto: Profedições, 2016.

VIEIRA, A.M. et al. The inclusion of the other in ourselves: reception and comprehension of refugees in Portugal. *Intercultural Education*, v. 28, n. 2, p. 196-205, 2017.

VIEIRA, R.; TRINDADE, J. Migration, culture and identity in Portugal. *LAIC – Language and Intercultural Communication*, v. 8, n. 1, p. 36-49, 2008.

VIEIRA, R. *Identidades pessoais. interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Colibri, 2009.

VIEIRA, R. (2011). *Educação e diversidade cultural. notas de antropologia de educação*. Porto: Afrontamento, 2011.

VIEIRA, R. Life Stories, Cultural métissage and personal identities. *SAGE Open*, Jan 2014, v. 4, n. 1, p. 1-13, 2014.

VIEIRA, R.; VIEIRA, A.M. The master programme on intercultural mediation and social intervention. In VIEIRA, I. et al. (Eds.). *Intercultural dialogue: learning, speaking, and sharing. Proceedings of the international seminar and study visit ALLMEET in Lisbon '15*. Lisbon: CICS.NOVA, 2016, p. 39-43.

ZAPATA-BARRERO, R. The intercultural turn in Europe: process of policy paradigm change and formation. In: MANSOURI, F. (Ed.). *Interculturalism At the crossroads: comparative perspectives on concepts, policies and practices*. Paris: UNESCO, 2017, p. 169-192.

¹Professor Coordenador Principal, Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.IPLEiria). E-mail: jose.marques@ipleiria.pt.

²Mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação e doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica. É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), membro da RESMI - Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural - e Investigadora Integrada do CICS.NOVA.IPLEiria. E-mail: ana.vieira@ipleiria.pt.

³Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, doutor em Antropologia Social, Pós-doutor em Serviço Social e agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. É, atualmente, Professor Coordenador Principal da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Coordenador do Mestrado da ESECS-IPL, “Mediação Intercultural e Intervenção Social”, membro da RESMI - Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural -, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador Integrado do CICS.NOVA.IPLEiria. E-mail: ricardo.vieira@ipleiria.pt.

Recebido em: 20 jul.2020.

Aprovado em: 30 jul.2020